

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS PASSO FUNDO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TAÍS DANIELA FRUMI

CUSTOS EM PROPRIEDADE RURAL:
Estudo de caso na Propriedade de Tapejara RS

PASSO FUNDO

2014

TAÍS DANIELA FRUMI

**CUSTOS EM PROPRIEDADE RURAL:
Estudo de caso na Propriedade de Tapejara RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Contábeis, como parte de requisitos exigidos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Ms. Fabiano Lima Webber.

PASSO FUNDO

2014

TAÍS DANIELA FRUMI

**CUSTOS EM PROPRIEDADE RURAL:
Estudo de caso na Propriedade de Tapejara RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado em 02 de dezembro de 2014, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Ms. Fabiano Lima Webber
UPF- Orientador

Prof. Ms. Luís A. Sleimann Bertussi
UPF

Prof. Ms. Amanda Guareschi
UPF

PASSO FUNDO

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por me fortalecer nas horas difíceis e poder vivenciar este momento maravilhoso em minha vida.

Aos meus Pais, agradeço por estarem presentes comigo nesta caminhada pelo apoio e oportunidade de realizar o meu sonho e pela confiança que em mim depositaram.

Em especial ao professor Ms. Fabiano Lima Webber, pela orientação prestada e apoio para a realização deste trabalho.

Aos demais professores do curso de Ciências Contábeis, pelos ensinamentos, sabedoria e dedicação prestadas ao longo dos anos.

Ao meu irmão e minha cunhada por todo o apoio que sempre me passaram.

Ao meu namorado pela compreensão, paciência e companheirismo.

Aos meus amigos e colegas que estiveram presentes nesta longa caminhada, pela oportunidade de conhecê-los e de compartilhar os momentos felizes e tristes.

E por fim, a todos que de uma forma ou outra colaboraram para a minha formação.

Muito Obrigada!

RESUMO

FRUMI, Taís Daniela. **Custos em propriedade rural: Estudo de caso na propriedade de Tapejara RS**. Passo Fundo 2014. f. 60. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis). UPF 2014.

Uma das maiores dificuldades encontrada dentro das propriedades rurais é o gerenciamento dos custos de uma atividade para um melhor direcionamento na tomada de decisão devido ao crescimento, a modernização e a competitividade do mercado. O presente trabalho de conclusão de curso teve por finalidade, trazer o levantamento de todos os custos ocorridos dentro de uma pequena propriedade rural situada no município de Tapejara RS, para poder ser implantado os planos de auxílio para um melhor gerenciamento. Para elaboração deste trabalho foi feito primeiramente, uma pesquisa bibliográfica levando em consideração o tema em estudo e em seguida efetuada uma análise das informações e documentações da propriedade rural a fim de analisar a real situação e a forma de gerenciamento atual. Os dados obtidos foram retirados do período da última produção agrícola apresentando todos os custos atribuídos no período. Realizada todas as fases da pesquisa, foi examinado os custos e resultados da atividade econômica da propriedade, o que analisou-se que o proprietário necessita de uma gestão eficaz em sua atividade que verifica de forma correta todos os custos e resultados, o que contribui para a melhor tomada de decisão.

Palavras - Chaves: Custos. Produção agrícola. Tomada de decisão.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:Duração média de máquinas e equipamentos.....	33
Tabela 2:Quantidade e valor dos insumos agrícolas utilizados.....	45
Tabela 3:Quantidade total de insumos para cada 01 hectare.....	45
Tabela 4:Máquinas e implementos agrícolas.....	47
Tabela 5:Custos diretos do ciclo produtivo.....	48
Tabela 6: Quantidade de soja produzida no período 2013/2014.....	50
Tabela 7: Custos totais do período e por saca produzida safra 2013/2014.....	51
Tabela 8: Demonstração do resultado da safra da soja 2013/2014.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma do desenvolvimento da cultura.....	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 CONTABILIDADE	12
2.1.1 Definição de contabilidade.....	12
2.1.2 Objetivo e campo de aplicação da contabilidade.....	13
2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	14
2.2.1 Histórico da contabilidade de custos.....	15
2.2.2 Definição de custos	15
2.2.3 Objetivos da contabilidade de custos	16
2.2.4 Nomenclatura básica de custos.....	17
2.2.5 Classificação dos custos.....	19
2.2.5.1 Custos Diretos	19
2.2.5.2 Custos indiretos.....	20
2.2.5.3 Custos fixos.....	21
2.2.5.4 Custos variáveis.....	22
2.2.6 Métodos de custeio.....	22
2.2.6.1 Custeio por absorção.....	23
2.3 CONTABILIDADE RURAL.....	24
2.3.1 Empresa rural e sua administração	25
2.3.2 Atividade agrícola.....	27
2.3.3 Contabilidade na atividade agrícola	28
2.3.3.1 Culturas temporárias.....	28
2.3.4 Custo, despesa e investimento	29
2.3.5 Colheita.....	29
2.3.6 Custo de armazenamento.....	30

2.3.7 Depreciação na agropecuária.	31
2.3.7.1 <i>Taxas de depreciação</i>	32
2.3.8 Resultado da atividade agrícola	34
3 METODOLOGIA	36
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	36
3.1.1 Do ponto de vista da sua natureza	36
3.1.2 Do ponto de vista de seus objetivos	37
3.1.3 Do ponto de vista da forma de abordagem do problema	37
3.1.4 Do ponto de vista dos procedimentos técnicos	38
3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	39
3.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	40
3.4 LIMITAÇÃO DO ESTUDO	40
3.5 VARIÁVEIS DO ESTUDO	40
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1 CICLO DA PRODUÇÃO DE SOJA SAFRA 2013/2014.	42
4.1.1 Custo dos insumos utilizados na safra 2013/2014 total e por hectare.....	44
4.1.2 Depreciação das máquinas e implementos agrícolas safra 2013/2014.....	46
4.1.3 Custos diretos da produção	48
4.1.4 Colheita e armazenamento safra 2013/2014.....	50
4.1.5 Apuração dos custos totais e por unidade produzida.....	51
4.1.6 Demonstração do resultado	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
5.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	56
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, devido ao desenvolvimento mundial a agricultura vem sofrendo diversas alterações, através das mudanças climáticas, devido as mudanças econômicas e a intensificação das tecnologias aplicadas a produção agrícola, o que vem desafiando as pequenas propriedades rurais que sobrevivem das suas unidades produtivas.

Crepaldi (2011), explica que a situação atual de dependência e vinculação do agricultor diante ao mercado, torna-se indispensável ao conhecimento aprofundado de seu negócio, a agricultura. Para isso, o produtor deve estar bem informado sobre as condições do mercado em relação aos produtos agrícolas e conhecer as condições dos recursos naturais de seu estabelecimento rural.

Tais mudanças permitem aos agricultores explorarem seus recursos, mas para isso possui a exigência de adequação das formas de administrar suas propriedades, pois a modernização exige a realização de um maior controle em relação aos custos aplicados e um melhor planejamento financeiro de suas propriedades.

Sabe-se que a agricultura é uma atividade de risco e o quanto é difícil agregar valor de mercado aos produtos agrícolas, pois os preços são controlados pelo mercado mundial e, além disso, as constantes mudanças de clima podem alterar todo o ciclo produtivo, prejudicando assim a formação do produto final.

Para administrar uma unidade agrícola com eficiência é importante o conhecimento dos gastos de insumos utilizados e o controle da tecnologia utilizada. Com isso, a contabilidade de custos pode ser aplicada na atividade rural como uma ferramenta necessária, dispendo como forma de fornecer e apresentar informações importantes para o auxílio que a propriedade precisa, para controle de seus gastos na atividade agrícola gerando importantes informações que direcionam na melhor tomada de decisão, ligando de maneira objetiva os riscos do negócio com a lucratividade esperada.

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como propósito apresentar os custos ocorridos em um ciclo produtivo bem como os resultados obtidos, para que o produtor utilize como auxílio para prosseguir com a sua produção tendo por finalidade uma base gerenciamento melhor para poder disfrutar de melhores decisões.

Nesse contexto, a propriedade em estudo, é uma pequena propriedade situada no interior do município de Tapejara RS, onde é administrada por um único proprietário, possui 40,0 hectares de área total. Mas consiste em 30,0 hectares utilizados para a realização do plantio da cultura de soja e o restante do espaço possui benfeitorias, criação de bens para a subsistência familiar e áreas nativas. Diante do exposto, uma das grandes dificuldades apresentadas pelo produtor é como controlar os custos de sua produção e o capital de giro necessário para investir em sua atividade, para que possua capacidade de gerenciamento adequado para prosseguir com a sua atividade.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO ASSUNTO

Os agricultores das pequenas propriedades rurais estão sempre em busca dos melhores resultados na produtividade, para isso precisam de constantes inovações para sua continuidade no mercado agrícola, em sua propriedade precisam aderir a forma de investimentos em maquinários melhores e nas tecnologias de produção assim como, adotar sistemas de produção para a facilidade dos processos operacionais, dirigindo-se ao aumento de sua produtividade e da qualidade de seus produtos.

Para o produtor rural manter-se no mercado agrícola não é tarefa fácil, pois possui uma grande dificuldade de controle nos seus custos de produção para que mantenha um acessível capital de giro necessário para a realização de suas atividades. Por outro lado deve ter cuidado com as constantes mudanças de mercado econômico principalmente com a valorização do preço dos produtos agrícolas, o que visa a busca de aprimoramento em suas técnicas de produção e seu desenvolvimento financeiro.

A contabilidade de custos pode ser o passo importante para o bom gerenciamento de sua propriedade, pois pode ser adotada como uma ferramenta de auxílio sendo aplicada de modo a analisar uma forma para diminuir os riscos e conseqüentemente buscar melhores resultados e ajuda a proporcionar um melhor direcionamento na tomada de decisão.

Na propriedade em estudo está sendo desenvolvida apenas a cultura da soja, não optando pela realização de culturas alternativas. Uma das maiores dificuldades do agricultor é o controle

dos custos gerados para realizar a sua cultura e também manter o capital de giro necessário para desenvolver a produção. Partindo desta premissa de administrar uma propriedade aplicando o método de custeio correto para análise dos custos.

Diante do exposto acima, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Qual o custo da cultura de soja 2013/2014 numa propriedade do interior de Tapejara RS?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Apurar os custos da cultura de soja 2013/2014 da propriedade do interior de Tapejara RS, para proporcionar ao gestor informações confiáveis.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apurar os custos totais da cultura;
- Identificar os resultados obtidos na atividade exercida;
- Sugerir o método de custeio para distribuição dos custos;
- Propor informações para melhor gerenciamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade abrange várias áreas de atuação, no entendimento de Oliveira e Nagatsuka (2000, p.20) a contabilidade é “a ciência social que, estuda, analisa, interpreta e controla o patrimônio das entidades”.

De acordo com Greco e Arend (2001, p.12) “a contabilidade é uma ciência do grupo das chamadas ciências econômicas e administrativas”.

Segundo Marion (2004, p. 26), “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

A contabilidade é importante para as empresas, tanto de pequeno, médio ou grande porte, com ou sem fins lucrativos, pelo fato de crescimento do mundo empresarial nos tempos atuais.

2.1.1 Definição de contabilidade

A contabilidade é uma ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de controlar o patrimônio das aziendas, apurar o resultado das atividades e prestar informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas entidades. NEVES (2004).

De acordo com, Ching, Marques e Prado apud Horngren (2002, p.5), definem contabilidade como “o sistema de informação que mede as atividades do negócio, processa as informações em relatórios e comunica os resultados para os tomadores de decisão. É frequentemente chamada de linguagem dos negócios”.

A definição de contabilidade, no entendimento de Sá (2010, p. 46), “a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação a eficácia profissional”.

Além de suas definições, a contabilidade possui fins de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre as variações e composições patrimoniais, como o resultado das atividades econômicas desenvolvidas. GRECO, AREND E GÄRTNER, (2006).

A contabilidade é considerada uma ferramenta essencial aos administradores de empresas para um total controle e resultado. Conforme o entendimento de Ching, Marques e Prado (2010, p. 4) “a função fundamental da contabilidade é fornecer informação útil para a tomada de decisões econômicas”.

2.1.2 Objetivo e campo de aplicação da contabilidade

A contabilidade possui objetivos e campo de aplicação, que segundo Greco, Arend e Gärtner (2006), seu campo de aplicação é constituído pelas pessoas que exerçam atividades econômicas e que podem ser consideradas como pessoas jurídicas e de pessoas físicas.

A pessoa física é o indivíduo ou ser natural considerado a partir de seu nascimento. E pessoa jurídica é o ser abstrato, que se constitui legalmente através de contrato formado por duas ou mais pessoas. MARION (2004).

Para Greco, Arend e Gärtner, (2006, p. 2), “o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio, que ela estuda e controla, registrando as alterações ocorridas”.

O mesmo autor complementa que, “as informações contábeis devem permitir aos usuários nítida avaliação da situação patrimonial (econômica e financeira) da entidade”. GRECO, AREND E GÄRTNER, (2006, P. 2).

Oliveira e Nagatsuka (2000), destacam os principais objetivos da contabilidade como sendo organizar, classificar e registrar todos os eventos ocorridos nas atividades das empresas, permitir o controle administrativo e o fornecimento de informações precisas e atuais para os usuários, medir e informar periodicamente a evolução do patrimônio da entidade, informar regularmente o resultado econômico das atividades ocorridas em certo período, controlar os bens, direitos e obrigações das entidades, emitir periodicamente as demonstrações contábeis e atender a todas as exigências fiscais e tributárias, apurando e informando o valor devido dos diversos tributos em cada período.

Na conceituação geral de Iudicibus (2004, p.23), “o objetivo básico da contabilidade, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários”.

Além dos seus objetivos, campo de aplicação e definições, a contabilidade abrange um ramo que é a de custos.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS.

“Devido ao crescimento das empresas, com o conseqüente aumento da distância entre administrador e ativos e pessoas administradas, passou a Contabilidade de Custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa nova missão gerencial.” MARTINS (2010, P. 21).

De acordo com Ferreira (2007, p.25), “a contabilidade de custos é um processo de obtenção de custos e pressupõe a contabilização e registro de informações”.

Na contabilidade de custos utiliza-se os princípios de contabilidade” para registrar os custos de operação de um negócio de tal maneira, que com os dados da produção e das vendas, torne-se possível à administração utilizar as contas para estabelecer os custos de produção e de distribuição, tanto por unidade como pelo total.” OLIVEIRA (2010, P.22).

“A contabilidade de custos fornece as informações que permitem a gerencia alocar recursos para as áreas mais eficientes e rentáveis da operação”. VANDERBECK E NAGY (2003, P.13).

De acordo com Ferreira (2007, p. 25) “a contabilidade de custos é essencialmente uma engenharia de custos, englobando, secundariamente, também os processos de mensuração, processamento e disponibilização de informação sobre os custos dos produtos industrializados”.

A Contabilidade de Custos também possui duas funções relativamente que são o auxílio ao controle e a ajuda às tomadas de decisões. O controle tem a missão de fornecer dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão e acompanhar o acontecido para comparação com os valores anteriormente definidos. Na decisão consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às conseqüências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra e produção. MARTINS (2010).

Para um bom sistema de custos, deve-se permitir medidas corretivas imediatas, contribuir para o aprimoramento do sistema de controles internos, fornecer subsídios para o cálculo do custo de vendas, avaliar os estoques, fornece elementos para comparação do custo

real com o custo padrão, ajudar a eliminar os desperdícios, apurar os resultados por produto e por departamento, atender a legislação e, principalmente, fornecer informações úteis para o gerenciamento das empresas. OLIVEIRA E NAGATSUKA(2000).

Com o significativo aumento de competitividades que vem ocorrendo na maioria dos mercados, os custos tornam se altamente relevantes na tomada de decisões de uma empresa. Isso ocorre devido à alta competição existente e as empresas já não podem mais definir seus preços apenas de acordo com os custos incorridos e sim com a base de preços praticados no mercado em que atuam. MARTINS (2010).

2.2.1 Histórico da contabilidade de custos

O nascimento da Contabilidade de Custos procedeu da Contabilidade Financeira. MARTINS (2010).

Seu nascimento decorreu da necessidade de mais precisas e maiores informações que persistam numa tomada de decisão correta”. BRUNI E FAMÁ (2008).

A contabilidade de custos nos seus primórdios, teve a função principal de avaliação dos estoques em empresas industriais que seria o procedimento mais complexo do que nas comerciais. VICECONTI E NEVES (2008).

Assim, a contabilidade de custos surgiu para favorecer as empresas, dando ênfase nas informações, atingindo resultados que possam auxiliar nas decisões empresariais.

2.2.2 Definição de custos

Os custos de uma empresa resultam da combinação de diversos fatores, entre os quais está a capacitação tecnológica e produtiva relativa a processos, o nível de atualização da estrutura operacional e gerencial, produtos e gestão e a qualificação de mão de obra. MEGLIORINI (2007).

“Custo significa o total de recursos, medidos em termos financeiros, sacrificados ou previstos para alcançar um objetivo específico”. FERREIRA (2007, P.25).

Já Martins (2010, p.25) argumenta que custo é um “gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”.

“Sob o ponto de vista econômico, os custos é toda e qualquer aplicação de recursos, de diferentes formas expressas em seu valor monetário, para a produção e distribuição de mercadorias ou prestação de serviços”. GRECO, AREND E GÄRTNER, (2006, P.137).

Nos custos reflete uma série de variáveis tanto externa com interna. Entre as variáveis internas estão o modo de operar, os comportamentos e as atitudes. Entre as variáveis externas incluem-se o nível de demanda e os preços de insumos. MEGLIORINI (2007).

Complementando a ideia deste mesmo autor, uma empresa apura os custos com vista ao atendimento de exigências legais quanto a apuração dos resultados de suas atividades, avaliação de estoques e ao conhecimento dos custos para a tomada de decisões corretas e ao exercício de controles. MEGLIORINI (2007).

2.2.3 Objetivos da contabilidade de custos

Os custos são determinados para que atinjam os objetivos relacionados a contabilidade de custos através da determinação de lucro, do controle dos estoques e das operações, na formação de preços e tomada de decisões. SILVA JUNIOR (2000).

Além desses objetivos, as informações geradas pela contabilidade de custos subsidiam a determinação dos custos dos insumos aplicados na produção, o controle das operações das atividades, a determinação dos custos aplicados a diversas áreas que compõem a empresa, na administração auxiliando na tomada de decisão ou na solução de problemas especiais, a política de redução dos custos dos insumos aplicados na produção ou das diversas áreas que compõem a empresa e na redução de desperdício de material e tempo ocioso, as políticas de elaboração de orçamentos. MEGLIORINI (2007).

A contabilidade de custos também auxilia na solução de problemas relacionados ao preço de venda, na contribuição de cada produto ou linha de produtos para o lucro da empresa, no preço mínimo de determinado produto em situações especiais, ao nível mínimo de atividades exigido para que o negócio passe a ser viável, ao gerenciamento dos custos e também a diversos problemas específicos. MEGLIORINI (2007).

As mudanças que ocorrem nos negócios, devido das inovações tecnológicas e competição global, provocam inovações quanto a utilização de informações financeiras e não financeiras pelas empresas. Esse ambiente requer informações relevantes que sejam relacionadas aos custos e desempenho da atividade da empresa. CREPALDI (2004).

2.2.4 Nomenclatura básica de custos

“A interpretação inadequada das várias definições encontradas na literatura contábil ou administrativa pode levar o administrador a equivocar-se.” WERNKE (2005, P.3).

“Para entender a sistemática da apuração dos custos, é necessário conhecer o significado dos principais termos utilizado nessa área.” MEGLIORINI (2012, P.7).

Para poder discutir o processo de formação dos custos e preços, alguns termos são empregado. BRUNI E FAMÁ (2008, p. 23).

a) Gastos:

O termo gasto é utilizado para descrever as ocorrências nas quais a empresa despende recursos ou contrai obrigações perante terceiros para obter algum bem ou serviço que necessite para suas operações cotidianas. WERNKE (2005).

O gasto também corresponde aos compromissos financeiros assumidos por uma empresa na aquisição de recursos consumidos no ambiente fabril para a fabricação do produto, nas mercadorias para a revenda, nos recursos para a realização de serviços, em recursos a serem consumidos no ambiente de administração e no comercial. MEGLIORINI (2007).

“Ou seja, um gasto pode ser relacionado a algum investimento (como compra de máquinas e equipamentos) ou alguma forma de consumo de recursos (custos fabris ou despesas administrativas).” WERNKE (2005, p.3).

O gasto se concretiza quando os serviços ou bens adquiridos são prestados ou passam a ser de propriedade da Empresa Rural como gastos com mão de obra, com aquisição de insumos, gastos com aquisição de máquinas e implementos agrícolas e gastos com assistência técnica como o serviço do agrônomo. CREPALDI (2011).

b) Perdas:

A perda é, “bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.” MARTINS (2010, P. 26).

Segundo Ferreira (2007, p. 24),” a perda trata- se de um gasto não intencional decorrentes de fatores externos ou da atividade de normal da empresa (por exemplo, perdas normais de matéria prima). É incorporado ao custo de produção.”

De acordo com Wernke (2005), são classificadas como perdas, o valor relacionado com a deterioração anormal de ativos causados por incêndios ou inundações, os furtos de mercadorias ou matérias primas entre outras possibilidades, pois não fazem parte da normalidade das operações da entidade. Estes gastos não devem ser considerados integrantes

dos custos de fabricação dos produtos, de vez que são fatores oriundos de ineficiência interna da empresa.

Conforme Crepaldi (2011), as perdas são jogadas diretamente contra o resultado do período por ser considerada da mesma natureza que as despesas, já na produção agrícola, as perdas normais de insumos, integram o custo de produção do período.

c) Custos:

“Os custos corresponde a parcela dos gastos consumida no ambiente fabril para a fabricação do produto, pela aquisição de mercadorias para revenda e para realização de serviços”. MEGLIORINI (2012, p. 7).

Para Padoveze (2010, p.320) “os custos são os gastos relacionados aos produtos, posteriormente ativados quando os produtos objeto desses gastos forem gerados. De modo geral são gastos ligados à área industrial da empresa.”

Na produção rural o custo são todos os gastos relativos à atividade de produção como exemplos salários do pessoal da propriedade rural, insumos utilizados no processo produtivo, combustíveis e lubrificantes usado nas máquinas agrícolas, depreciação dos equipamentos e os gastos com a manutenção das maquinas agrícolas. CREPALDI (2011).

d) Investimentos:

Os investimentos, de acordo com Megliorini (2012, p.7), “correspondem à parcela de gastos registrada em contas do ativo da empresa.”

São gastos com bem ou serviços ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros como exemplos aquisição de móveis e utensílios, aquisição de imóveis rurais despesas pré-operacionais e aquisição de insumos. CREPALDI (2011).

e) Despesa:

De acordo com Martins (2010, p. 26) “todos os custos que são ou foram gastos se transformam em despesas quando da entrega dos bens ou serviços a que se referem.”

Segundo Padoveze (2010, p.320) “as despesas são os gastos necessários para vender e enviar os produtos. De modo geral, são os gastos ligados às áreas administrativas e comerciais. O custo dos produtos quando vendidos, transformam-se em despesas”.

“Muitos gastos são automaticamente transformados em despesas, outros passam primeiro pela fase de custos e outros ainda fazem a via sacra completa, passam por investimentos, custo e despesa.” MARTINS (2010, p. 26).

“Todos os custos que estão incorporados nos produtos agrícolas que são produzidos pela Empresa Rural são reconhecidos como despesas no momento em que os produtos são vendidos.” CREPALDI (2011, p.99).

f) Desembolso:

O desembolso é, de acordo com Martins (2010, p.25) o “pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço. Pode ocorrer antes durante ou após a entrada da utilidade comprada, portanto defasada ou não do momento do gasto.”

Pode ocorrer concomitantemente com o gasto (pagamento a vista) ou depois deste (pagamento a prazo). CREPALDI (2011, p.98).

g) Desperdício:

São considerados desperdícios os gastos relacionados com atividades que não agregam valor, do ponto de vista do cliente, que implicam dispêndios de tempo e dinheiro desnecessários aos produtos e podem ser enquadrados na produção de itens defeituosos, na capacidade instalada ociosa e na inclusão de detalhes no produto que o comprador não valoriza ao adquiri-lo. WERNKE (2005).

h) Prejuízos:

Os prejuízos, de acordo com Padoveze (2010, p.320), “é a resultante negativa da soma das receitas menos as despesas de um período. Decorre da apuração do resultado de um período, onde as despesas suplantam as receitas desse período.

2.2.5 Classificação dos custos

Os custos precisam ser classificados para atender as diversas finalidades para as quais são apurados. MEGLIORINI (2012, p.8).

2.2.5.1 Custos Diretos

São os custos apropriados aos produtos conforme o consumo. MEGLIORINI (2012, p.9)

“Os custos diretos podem ser aqueles apropriados diretamente a determinados objetos de custeio, bastando haver uma forma objetiva e economicamente viável”. FERREIRA (2007, p. 52).

São custos diretos de acordo com Bruni e Famá (2008, p.29), “aqueles diretamente incluídos no cálculo dos produtos. Consistem nos materiais diretos usados na fabricação dos

produtos e mão de obra”. De acordo com Leone (2000, p.59), “os custos diretos são todos os custos que se conseguem identificar com as obras, do mais econômico e lógico”.

Os custos diretos são aqueles que podem ser fisicamente identificados para um segmento particular em consideração. Assim, se o que está em consideração é uma linha de produtos, então os materiais e a mão de obra envolvidos na sua manufatura seriam custos diretos. Dessa forma relacionando-os com os produtos finais, os custos diretos são os gastos industriais que podem ser alocados direta e objetivamente aos produtos. PADOVEZE (2003, P.41).

Os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados diretamente a uma função de acumulação de custos seja em um produto, em serviço, uma ordem de produção, centro de custo, alguma atividade, ou num departamento de uma empresa”. FERREIRA (2007).

Para Wernke (2005, p. 7) “essa categoria abrange, então, todos os custos efetuados exclusivamente com a fabricação dos produtos.”

Os custos diretos na produção agrícola, de acordo com Crepaldi (2011), são aqueles que se identificam-se aos produtos agrícolas e variam proporcionalmente à quantidade produzida. Podem ser apropriados diretamente aos produtos agrícolas, sem rateio, porque há uma medida do seu consumo na produção, como os insumos que normalmente a empresa rural sabe qual a quantidade exata que está sendo utilizada para a produção de uma unidade do produto agrícola, sabendo-se o preço do insumo, o custo resultante está associado diretamente ao produto e a depreciação de equipamento agrícola quando é utilizado para produzir apenas um tipo de produto.

2.2.5.2 Custos indiretos

Custos indiretos, segundo Leone (2000, p. 59) “são todos os outros custos que dependem do emprego de recursos, de taxas de rateio, de parâmetros para o debito das obras”.

Conforme Greco, Arend e Gärtner, (2006, p.139), “correspondem aos gastos que não contribuem de forma direta para a fabricação de produtos e os critérios de sua distribuição ao custo de produção são arbitrários”.

No entendimento de Padoveze (2003, p.42) “os custos indiretos caracterizam-se, basicamente, por serem de caráter genérico e não específicos a produtos finais. Sua relação com os produtos finais existe, porém de forma indireta”.

Custos indiretos, de acordo com Ferreira (2007, p.54), entende-se “aqueles que dependem de rateio, parâmetros, cálculos, estimativas para serem alocados aos diferentes tipos de produtos ou de serviços, ou a cada função diferente que pode acumular custos”.

Nos produtos agrícolas, os custos indiretos dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem apropriados em diferentes produtos agrícolas. O parâmetro utilizado para as estimativas é chamado de base ou critério de rateios como depreciação de equipamentos agrícolas que são utilizados na produção mais de um período agrícola, salário dos chefes de supervisão de equipes de produção, energia elétrica que não pode ser associada ao produto agrícola, impostos e taxas da propriedade rural e manutenção e conservação de equipamentos agrícolas. CREPALDI (2011).

2.2.5.3 Custos fixos

Para Ferreira (2007, p.54), “um custo é denominado fixo quando seu total não varia com o volume de produção”.

Custos fixos para Padoveze (2004, p. 328), são “os custos que tendem a manter-se constantes nas alterações das atividades operacionais”

Segundo o mesmo autor, “de modo geral são custos e despesas necessárias para manter o nível mínimo de atividade operacional por isso são também denominados custos de capacidade”. PADOVEZE (2004, p. 328).

Assim os custos fixos são os que “em determinado período de tempo e em que certa capacidade instalada, não variam, qualquer que seja o volume de atividade da empresa. Existem mesmos que não haja produção”. BRUNI E FAMÁ (2008, p. 30).

Os custos fixos são aqueles cujos valores totais tendem a permanecer constantes (fixos) mesmo havendo alterações no nível de atividades operacionais do período. São custos que tem seu montante fixado independente de oscilações na atividade fabril, não possuindo qualquer vinculação com o aumento ou redução do número de unidades produzidas no mês. WERNKE (2005, p. 8).

Na produção agrícola, conforme Crepaldi (2011, p. 102), “os custos fixos são fixos em relação ao volume de produção agrícola, mas podem variar de valor no decorrer do tempo.”

2.2.5.4 Custos variáveis

Um custo é denominado variável, conforme Ferreira (2007, p.54), “se o total variar em proporção direta ao volume de produção”.

De acordo com Greco, Arend e Gärtner, (2006, p.140), os custos variáveis “aumentam ou diminuem de valor na direta relação com o maior ou menor volume de produção. Matérias primas e mão de obra envolvidas diretamente no processo de produção”.

Os custos variáveis “são aqueles que, em cada alteração da quantidade produzida ou vendida, terão uma variação direta e proporcional ao seu valor. Se a quantidade diminuir, o custo também diminuirá na mesma proporção”. PADOVEZE (2003, p. 56).

Na atividade agrícola os custos variáveis variam proporcional ao volume produzido. E o custo variável será nulo se não houver quantidade produzida. Os custos variáveis aumentam a medida que aumenta a produção agrícola. CREPALDI (2011).

2.2.6 Métodos de custeio

A inserção em ambientes de competição, faz com que os administradores passem a buscar constantemente mecanismos, procedimentos e sistemas que contribuam para otimizar a gestão das empresas. WERNKE (2005).

De acordo com Crepaldi (2004, p.87) “o custeio representa um elemento essencial das atividades”.

O método de custeio “é o processo de identificar o custo unitário de um produto, partindo dos custos diretos e indiretos”. PADOVEZE (2004, p. 333).

A atribuição de valores “confiáveis” aos custos dos produtos passou a construir um dos principais objetivos gerenciais na atualidade, tanto para a divulgação em demonstrações financeiras periódicas do montante do estoque final e do custo dos produtos vendidos, quanto, principalmente, para decisões acerca do mix ótimo de produtos a serem comercializados. Para que isso seja possível, é imprescindível que a entidade disponha de um sistema de custos que consiga mensurar e alocar aos produtos da forma mais precisa possível. WERNKE (2005, p. 15).

A valoração dos objetos de custeio é determinado pelos métodos de custeio e podem derivar de um conjunto de atividades, uma operação, um departamento, um produto, etc. Existem diferentes métodos de custeio, os quais podem ser adotados pelas empresas de acordo com os seus objetivos. MEGLIORINI (2012).

O método de custeio, utilizado para o procedimento de análise do estudo é o custeio por absorção.

2.2.6.1 Custeio por absorção

O custeio por absorção, de acordo com Padoveze (2003, p. 79) “é o método que é aderente aos princípios fundamentais de contabilidade utilizados praticamente em todo o mundo, tanto pela legislação comercial quanto pela legislação fiscal”.

Consiste na apuração de todos os custos de operação de serviços prestados ou dos bens produzidos, sejam fixos ou variáveis. Neste método são computados além dos custos diretos de operação (matérias primas, materiais secundários, mão de obra direta etc.), os custos indiretos de operação (manutenção de equipamentos, custos suprimentos, planejamento e controle da operação, controle de qualidade etc). Os custos fixos, independentemente de serem diretos ou indiretos, são rateados de acordo com os critérios estabelecidos pela empresa. SÁ (2014)

Para Sá e Moraes (2005), as principais características do custeio por absorção são a distribuição dos custos fixos que é bastante complexa quando a empresa comercializa vários produtos, nos critérios de rateio usados para distribuir os gastos entre as unidades nem sempre são objetivos e podem se distorcer os resultados prejudicando alguns produtos em benefício de outros, a comparação de custos entre empresas do mesmo setor fica prejudicada quando se utilizam diferentes critérios de rateio desses custos fixos e por último não fornece informações suficientes ao processo decisório.

O custeio por absorção tem por suas vantagens atender a legislação fiscal e deve ser utilizado quando a empresa busca o uso do sistema de custos integrado à Contabilidade. A integração do sistema de custos ocorre quando os valores apropriados de custos estão inseridos na contabilidade, a apropriação é realizada com a observância dos Princípios Contábeis e os valores de custo de cada produto estão apropriados em cálculos e registros que evidenciam o trajeto desde a origem, registros contábeis, até o destino, produtos acabados ou em elaboração. Permite a apuração dos custos por centros de custos, pois o custeio por absorção requer que a empresa seja dividida contabilmente em centro de custos, o que é possível avaliar o desempenho de cada departamento. E por absorver todos os custos de produção que permite a apuração do custo total de cada produto. WERNKE (2005).

No custeio por absorção, a depreciação dos equipamentos e outros imobilizados amortizáveis utilizados na produção deve ser distribuída aos produtos elaborados, portanto vai

para o ativo na forma de produtos e só vira despesa quando da venda dos bens. MARTINS (2003, P.38).

Na produção agrícola, de acordo com Crepaldi (2011), a diferenciação principal no custeio por absorção é entre as despesas e os custos. A separação em que as despesas são jogadas diretamente contra o resultado do período, e os custos somente dos produtos vendidos que terão idêntico tratamento.

O custeio por absorção segue os passos de, separação dos gastos do período em custos e despesas, a classificação dos custos em diretos e indiretos, apropriação dos custos diretos aos produtos agropecuários e a apropriação através de rateio dos custos indiretos de produção. CREPALDI (2011).

2.3 CONTABILIDADE RURAL

No momento em que é analisada a importância da Contabilidade Rural para gerar informações na tomada de decisões, a empresa deverá estar submissa a uma administração eficiente para obter sucesso, para que isso aconteça requer conhecimento do capital, do negócio, da especialização e da modernização da agropecuária. São nesses aspectos que a empresa rural prejudica todo o seu processo de desenvolvimento e modernização do setor. CREPALDI (2011).

Conforme Oliveira (2010, p. 22) “a contabilidade pode ser estudada de várias maneiras, de um modo geral quando refere se a todas as empresas ou particular aplicada para um determinado ramo de atividade”.

Para Marion, (2012), a contabilidade quando estudada na forma genérica é denominada de contabilidade Geral ou Financeira, e quando aplicada a um determinado ramo específico normalmente é denominada conforme a atividade daquele ramo.

Na atividade rural não poderia ser diferente. Pode-se estudar de modo geral ou específico um determinado setor do agronegócio, por meio da:
“Pode se estudar de modo geral ou específico um determinado setor do agronegócio por meio”:

- Contabilidade Agrícola e Contabilidade Rural, que compreendem a contabilidade geral aplicada às propriedades rurais de produção vegetal;
- Contabilidade Zootécnica que é a Contabilidade Geral aplicada às propriedades de produção animal;
- Contabilidade da Agroindústria que é a Contabilidade Geral aplicada às indústrias rurais. OLIVEIRA (2010, p. 22).

Na opinião de Crepaldi (2011) a contabilidade rural é um dos principais sistemas de informação e controle das Empresas Rurais e que também fornece as informações sobre condições de expandir-se sobre necessidades de reduzir despesas e custos, necessidades de buscar recursos”.

A Contabilidade Rural segundo Crepaldi (2011), tem por finalidades orientar as operações agrícolas e pecuárias, medir o desempenho econômico financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente, controlar as transações financeiras, apoiar nas tomadas de decisões no planejamento da produção das vendas e dos investimentos, auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidade de crédito, conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família, justificar a liquidez e a capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores.

Já em sua função administrativa a contabilidade rural tem como finalidade controlar o patrimônio, apurar os resultados e prestar informações sobre o patrimônio e o resultado das entidades rurais aos diversos usuários da informação contábil. CREPALDI (2011).

2.3.1 Empresa rural e sua administração

Para o produtor rural, no conhecimento das condições de mercado e dos recursos naturais se dá os elementos básicos para o desenvolvimento de sua atividade econômica. CREPALDI (2011).

Para Young (2011, p.17), “o agricultor ou pecuarista não se enquadra diretamente na concepção de empresário. Somente se adquire tal condição quando o produtor faz sua inscrição facultativa na Junta Comercial e passa a ter sua atividade regulada pelo direito de Empresa”.

O empresário rural é aquele que exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens ou serviços. Essa atividade de produção, realizada de forma profissional com a finalidade de gerar riqueza, reconheceu o trabalho de produtor rural como a criação de bens e serviços. CREPALDI (2011, p. 3).

Para a condição de produtor rural, sem a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, deverá ser feito o registro na Secretaria da Fazenda para o produtor obter o Talão de Notas Fiscais de Produtor Rural. YOUNG (2011).

De acordo com Crepaldi (2011), ao administrador rural em sua propriedade cabe as seguintes tarefas:

1. Tomar decisão sobre o que produzir, baseando se nas condições de mercado e dos recursos naturais de seu estabelecimento rural;
2. Decidir sobre o quanto produzir, levando em consideração fundamentalmente a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra que pode empregar;
3. Estabelecer o modo como vai produzir, a tecnologia que vai empregar, ou seja, se vai mecanizar ou não a lavoura, o tipo de adubo a ser aplicado, a forma de combate as pragas e doenças etc.;
4. Controlar a ação desenvolvida, verificando se as práticas agrícolas recomendadas estão sendo aplicadas corretamente e no devido tempo;
5. Avaliar os resultados obtidos na safra medindo os lucros ou prejuízos e analisando quais as razões que fizeram com que o resultado alcançado fosse diretamente daquele previsto no início de seu trabalho. CREPALDI (2011, p. 3).

De acordo com Crepaldi (2011, p. 3), “a administração rural é o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisão ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola, com o fim de obter o melhor resultado econômico mantendo a produtividade da terra.”

A empresa rural de acordo com Marion (2012, p.2), “são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.”

Qualquer o tipo de empresa rural, seja patronal ou familiar é integrada por um conjunto de recursos, que são denominados pelos fatores de produção a terra, o capital e o trabalho. Na agropecuária o fator de produção mais importante é a terra, pois se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção. Se a terra for ruim ou muito pequena, dificilmente produzirão colheitas lucrativas e abundantes, por mais trabalho e capital de que disponha o agricultor. Uma das preocupações do empresário rural é conservar a capacidade produtiva da terra evitando desgaste pelo mau uso e erosões. O capital representa os bens colocados sobre a terra com objetivo de aumentar a produtividade e facilitar a qualidade do trabalho. CREPALDI (2011).

Além disso, o campo de atividades das empresas rurais podem ser dividido em produção vegetal que é a atividade agrícola, a de produção animal a atividade zootécnica e as industriais rurais que são as atividades agroindustriais. MARION (2012).

Uma Empresa Rural pode determinar qual o curso a seguir e por meio do controle observar se a política traçada está sendo cumprida. A Contabilidade Rural, dentro do sistema de informação da Empresa Rural, auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e o controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações, quer seja o registro e avaliação, deverá atender a essa finalidade. CREPALDI (2011, p. 83),

De acordo com Anceles (2001, p. 154) a empresa rural “é a unidade de produção em que são exercidas atividade que dizem respeito a culturas agrícolas.”

2.3.2 Atividade agrícola

Segundo Crepaldi (2011, p. 1), “a agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas.”

“A atividade em sentido genérico, designa a soma de ações, de atribuições, de encargos ou de serviços desempenhados pela pessoa física ou jurídica.” ANCELES (2001, p.23).

A definição de atividade agrícola de acordo com o CPC 29 “é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade”.

De acordo com Anceles (2001) é considerada como atividade rural a agricultura, a pecuária, a exploração e extração vegetal e animal e a transformação de produtos decorrentes de atividade rural, sem que sejam alteradas as composições e as características do produto in natura, feita pelo agricultor ou criador, com utensílios e equipamentos empregados nas atividades rurais.

Na atividade agrícola “a receita concentra-se normalmente, durante ou logo após a colheita”. MARION (2012, p. 4).

Ao contrário das atividades comerciais, segundo Oliveira (2010 p.23) “a produção agrícola é essencialmente sazonal e concentra-se em determinado período, que pode traduzir-se em alguns dias de um mês do ano”.

Para Marion (2012 p. 4) o “término da colheita e, quase sempre, da comercialização dessa colheita temos o encerramento do ano agrícola.

Nesse caso, considera-se o ano agrícola o início do plantio até o término da colheita, pois não existe melhor momento para se medir o resultado do período do que logo após a colheita e sua respectiva comercialização. Não há razão para esperar seis ou oito meses até o final do ano (quando a colheita é feita no início do ano) para se mensurar o resultado (lucro ou prejuízo) da safra. OLIVEIRA (2010 p. 23).

Pode ocorrer com alguns produtores, em vez de comercializar o produto logo após a colheita, preferirem armazená-lo a espera de melhor preço. Nesse caso, pelo fato de não haver venda, não é possível apurar o resultado contábil, porém o produtor pode apurar o resultado econômico da atividade. Basta conhecer os custos de produção e o valor de comercialização de produto segundo. OLIVEIRA (2010 p. 23).

Se o ano agrícola terminar em março, o exercício social poderá ser encerrado em 31/03 ou 30/04, e assim sucessivamente”. MARION (2012 p. 5).

Diante do exposto a melhor avaliação da atividade agrícola, é apurar o resultado logo após a colheita e sua comercialização, assim identifica-se o resultado do exercício que torna-se importante na tomada de decisão para um novo ano agrícola.

2.3.3 Contabilidade na atividade agrícola

De acordo com Crepaldi (2011, p. 94) “os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas, segregadas por tipo de atividade”.

O produtor rural (pessoa física ou jurídica) utilizando as informações geradas pela contabilidade, tem condições de não somente controlar os custos e avaliar o resultado, mas principalmente, estabelecer planos e traçar estratégias que levem a propriedade rumo à eficiência na produção, mediante a observação das especificidades de cada tipo de cultura, do mercado e da tecnologia mais adequada para a atividade. OLIVEIRA (2010, p. 27).

“As empresas rurais que atuam na atividade agrícola devem desenvolver dois métodos para efetuar sua contabilidade quanto a apropriação de custos, um para as culturas temporárias e outro para as culturas permanentes.” CREPALDI (2011, p. 94).

A contabilidade agrícola considera dois tipos de atividades existentes. A seguir será relatada apenas a cultura temporária, por ser a cultura em estudo.

2.3.3.1 Culturas temporárias

As culturas temporárias “são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita, possuindo período de vida muito curto entre o plantio e a colheita.” CREPALDI (2011, p. 106).

“Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio.” MARION (2012, P.17).

De acordo com Oliveira (2010 p.27) “em razão dessas características a cultura temporária também é conhecida como cultura anual”.

Esses produtos são contabilizados no ativo circulante, como se fossem um “Estoque em Andamento” numa indústria. Dessa forma, todos os custos serão acumulados numa subconta com títulos específico da cultura em formação (arroz, ou trigo, ou alho, ou cebola) da conta “Culturas Temporárias”. Os custos que compõem esta rubrica são: sementes, fertilizantes, mudas, demarcações, mão de obra, encargos, energia elétrica, encargos sociais, combustíveis, seguros, serviços profissionais, inseticidas,

depreciação de tratores e outros imobilizados na cultura em apreço. MARION (2012 P. 17).

Os custos podem ser diretos ou indiretos. No caso de uma única cultura, todos os custos se tornam diretos a ela; porém, pode ocorrer uma situação em que a propriedade tenha mais de uma cultura e haja custos que não seja possível identifica-los com elas: nesse caso os custos são indiretos. OLIVEIRA (2010, p.28).

Como qualquer outra atividade de comércio, indústria ou prestação de serviço, a atividade agrícola também possui custos, despesas e investimentos.

2.3.4 Custo, despesa e investimento

De acordo com Marion (2012 p. 17) “consideram-se custo de cultura todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (produto), como sementes, adubos, mão de obra, combustíveis e depreciação de máquinas”.

Para Anceles (2001, p. 79), “Despesas de custeio são necessárias a percepção dos rendimentos da atividade rural e a manutenção da fonte produtora, relacionadas com a natureza das atividades rurais exercidas.”

Conforme Oliveira (2010 p. 28), “como despesa, entende-se todo o gasto não identificável com a cultura, portanto não acumulado no estoque (culturas temporárias em formação), mas apropriado como despesa do período”.

Anceles (2001) define investimento na atividade rural como sendo a aplicação de recursos financeiros durante o ano calendário, buscando o desenvolvimento da atividade para expansão da produção ou melhoria da produtividade e que seja realizada com benfeitorias resultantes de instalações, construções, melhoramentos e reparos, com a aquisição de bens e utensílios, insumos para a produção que contribuam para a elevação da produtividade e das estradas para facilitar a circulação e o acesso na propriedade.

2.3.5 Colheita

Todo o custo da colheita será acumulado na conta Cultura Temporária e, após o término da colheita, essa conta será baixada pelo seu valor de custo e transferida para uma nova conta, denominada Produtos Agrícolas, sendo especificado, como subconta, o tipo de produto (soja, milho). MARION (2012, p. 17).

Mas pode ocorrer a “situação em que a colheita não seja terminada em um determinado período, e sim, no período seguinte. Nessa situação é recomendado que se abra uma conta para colheita em andamento”. OLIVEIRA (2010, p. 28).

Após colhido, o produto tem de passar pelo beneficiamento ou condicionamento para as condições de venda, e ainda ocorrem custos para manutenção dos estoques, como congelamento ou silagem, esses gastos também fazem parte dos produtos agrícolas. MARION (2012).

A produção agrícola conforme for vendida, “dá-se, proporcionalmente, baixa na conta de produtos agrícolas e transfere-se o valor de custo para a conta custo do produto vendido (resultado), especificando-se o tipo de produto agrícola vendido”. OLIVEIRA (2010, p. 29).

Dessa forma, segundo Marion (2012, p.18) “haverá um confronto entre Receita e o Custo do Produto Vendido, podendo-se apurar o Lucro Bruto”.

2.3.6 Custo de armazenamento

Quando o produto agrícola estiver acabado totalmente e pronto para venda e não deve sofrer mais nenhuma alteração. Em alguns casos é comum, armazená-lo para que seja vendido em momento oportuno, esperando aumento de preço. OLIVEIRA (2010).

Considerando que o produto agrícola pode ficar em estoque para vendas futuras (especulação), algumas vezes ultrapassando um ano, há quem prefira contabilizar o gasto de armazenamento acumulado no custo (estoque), identificando melhor o preço do produto no momento da venda. MARION (2012, p. 18).

Para Oliveira apud Crepaldi (1998, p.89) “custos são gastos relativos a bem ou serviço utilizado na produção rural: são todos os gastos relativos à atividade de produção”.

Tais gastos são tratados como Despesa de Vendas, no grupo Despesa Operacional e não Custo do Produto. Assim, são considerados como custo do período e não do produto”. MARION (2012).

De acordo com Crepaldi (2011, p. 107), “após estar o produto colhido e a disposição para venda, o gasto com armazenamento será classificado como despesa operacional”.

Assim, completa-se o ciclo da cultura temporária, onde a área de terra fica por um tempo ociosa, ou de imediato, seja realizada o início de uma nova cultura.

2.3.7 Depreciação na agropecuária

Na atividade rural, classifica-se como o imobilizado e intangível os bens destinados ao uso e à manutenção da atividade da empresa agrícola. Esses elementos patrimoniais servem por vários ciclos operacionais, e as vezes permanecendo por toda a vida de uma entidade. A maior parte dos elementos possui vida útil limitada no tempo, em muitos casos após seu uso, geram um valor inferior ao seu custo de aquisição chamado de valor residual. O restante do valor que constituía o custo do bem é transferido para as despesas e que poderão ser chamados de amortização, depreciação e exaustão. CREPALDI (2011).

Para Marion (2012, p.56), a “exaustão seria sinônimo de amortização em sentido amplo, porém sendo aplicada somente aos recursos exauríveis como reservas florestais.”

A amortização, segundo Crepaldi (2011) é quando corresponde a uma perda do valor referente ao capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade, tendo por objeto os bens de utilização por parte legal ou contratual limitada.

De acordo com Marion (2012, p.56), “a depreciação seria sinônimo de amortização, em sentido amplo, porém sendo aplicada somente aos bens intangíveis, como máquinas, móveis, utensílios, edifícios etc.”

A depreciação, segundo Crepaldi (2011, p.128), “corresponde a perda dos direitos que tem por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso da ação da natureza ou por obsolescência.”

Uma das dificuldades encontradas para calcular o custo das lavouras ou das safras é o cálculo exato do custo dos equipamentos agrícolas utilizados na cultura agrícola. Esse item ganhou bastante significado nos últimos anos em virtude do esforço que se faz para implantação da mecanização agrícola com o objetivo de melhorar a produtividade na agricultura. MARION (2012, p. 58).

Alguns desvios tem sido cometidos no cálculo do custo pelo uso desses equipamentos. Um deles é atribuir o custo de reposição de peças ou custo por dias parados, por defeito ou quebra, à cultura que na ocasião era beneficiada pelo equipamento. Certamente, a cultura não deveria ser sobrecarregada em virtude da improdutividade ou da reposição de peças do implemento agrícola. MARION (2012, p. 58).

De acordo com Crepaldi (2011, p.140), “o cálculo da depreciação pelo método linear para os implementos rurais normalmente é um equívoco, pois não são utilizados interruptamente durante o ano em virtude de chuvas, geadas, entressafra, ociosidade etc.”

“Dessa forma, recomenda-se a apropriação da depreciação em decorrência do uso às suas respectivas culturas”. MARION (2012, p. 58).

Mas para a cálculo de aplicação correta dos valores da depreciação de cada equipamento e máquina agrícola se aplica a uma taxa de depreciação apropriada para cada bem.

2.3.7.1 Taxas de depreciação

De acordo com o CPC 27 item 45,

Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Esses componentes podem ser agrupados no cálculo da despesa de depreciação.

Para Crepaldi (2011), a vida útil está relacionada diretamente com o período de tempo no qual o direito ou o bem estará sendo utilizado nas operações da entidade. A taxa de amortização relaciona-se ao percentual a ser aplicado para o cálculo. Já a quota tem a parcela de amortização, depreciação e exaustão definidas como extensão monetária. No valor residual após o término de vida útil o bem ou direito, ainda possui valor monetário, compatível e real com o mercado. Esse valor pode ser considerado para os cálculos de exaustão, depreciação e amortização.

Para o cálculo da amortização, exaustão e da depreciação uma dificuldade é a determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, além das causas físicas que decorrem do desgaste natural pelo uso e pela ação de elementos de natureza, a vida útil é efetuada pelos fatores funcionais, como o absolutismo e a inadequação que resultam do surgimento de substitutos mais aperfeiçoados. CREPALDI (2011).

Segundo o CPC 27 item 46,

A entidade deprecia separadamente alguns componentes de um item do ativo imobilizado, também deprecia separadamente o remanescente do item. Esse remanescente consiste em componentes de um item que não são individualmente significativos. Se a entidade possui expectativas diferentes para essas partes, técnicas de aproximação podem ser necessárias para depreciar o remanescente de forma que represente fidedignamente o padrão de consumo e/ou a vida útil desses componentes.

O agrônomo, os técnicos agropecuários, o veterinário são indicados para prever a vida útil dos itens que compõem o ativo imobilizado de uma fazenda, considerando-se o solo, o clima e tipo de manejo que varia de região para região. O próprio Imposto de Renda considerando essas variáveis possivelmente não define taxas. Ressaltando-se que o Imposto de

Renda certifica para a empresa o direito de computar a quota adequada às condições de depreciação de seus bens desde que faça a prova da vida útil do bem determinado. MARION (2012).

A vida útil de um ativo, de acordo com o CPC 27 item 57,

É definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar a alienação de ativos após um período determinado ou após o consumo de uma proporção específica de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Na tabela 1 apresenta-se a estimativa de duração dos implementos e máquinas agrícolas em anos e taxa de depreciação.

Tabela 1: Duração Média de Máquinas e Equipamentos

Itens	Duração em anos	Taxa de Depreciação ao Ano.	Duração de aproximada de anos conforme o proprietário do estudo.
Tratores			
Tratores de roda	10	10%	20
Microtrator	7	14,28%	10
Veículos			
Caminhão	05	20%	8
Carreta de Trator	15	6,67%	15
Implementos			
Grade de discos	15	6,67%	20
Carreta de pneus	15	6,67%	15
Semeadeira de linhas	15	6,67%	15
Grade de dentes e de molas	20	5%	20
Plantadeira	10	10%	15
Bico de pato (Planet)	5	20%	7
Pulverizador	10	10%	10
Adubadeira	08	12,5%	15

Fonte: Marion (2012, p. 68) adaptado a duração de anos informadas pelo agricultor.

A tabela 1, apresenta a duração em anos que as máquinas e implementos agrícolas possuem e a taxa de depreciação ao ano de cada bem, no entanto foi adaptada ao tempo estimado de vida útil, conforme as informações prestadas pelo administrador da propriedade em estudo, sendo que a durabilidade tanto das máquinas como implementos agrícolas podem ser maior devido o modo de utilização e a frequência de uso, no entanto com o passar dos anos as

máquinas vão diminuindo a sua capacidade de rotação, por isso que muitas vezes estão bem conservados externamente e não tem mais capacidade de seguir no ciclo produtivo.

2.3.8 Resultado da atividade agrícola

A receita bruta da atividade rural se constitui através do montante das vendas dos produtos provenientes das atividades exploradas pelo próprio vendedor. CREPALDI (2011).

A receita bruta precisa ser comprovada por documentos utilizados como nota fiscal de produtor, nota promissória rural vinculada à nota fiscal de produtor, nota fiscal de entrada e demais documentos reconhecidos pelas legislações estaduais. MARION (2012).

O resultado da atividade agrícola é considerado como a diferença entre os valores das receitas recebidas e das despesas de custeio e dos investimentos pagos no ano calendário, correspondentes a todas as unidades rurais exploradas pela pessoa física. CREPALDI (2011).

De acordo com Oliveira (2010, p. 176) “o resultado tanto pode ser favorável, quando há lucro, como desfavorável, quando se verifica prejuízo.”

Se o resultado da atividade rural for negativo obterá se um prejuízo que poderá ser compensado nos anos calendários posteriores. De seu resultado da atividade rural poderá ser excluído o montante de prejuízos compensáveis de exercícios anteriores. YOUNG (2011).

Segundo Crepaldi (2011), a compensação de prejuízos oriundos do resultado da atividade poderá ser compensado:

- I- Para efeito de compensação de prejuízos, o contribuinte deve apresentar a declaração de ajuste anual no modelo completo desde o ano calendário em que obteve prejuízo até o ano calendário em que efetuar a compensação;
- II- A pessoa física fica obrigada à conservação e guarda do livro caixa e dos documentos fiscais que demonstrem a apuração do prejuízo a compensar;
- III- O saldo de prejuízo não compensado pelo de cujus pode ser utilizado pelo meeiro e pelos sucessores legítimos que continuarem a exploração da atividade rural, após o encerramento do inventário, proporcionalmente à parcela da unidade rural recebida.
- IV- Para compensação de prejuízo acumulado, a pessoa física deve manter a escrituração do livro caixa, mesmo que esteja dispensada desta obrigação. A falta da escrituração implica a perda do direito à compensação do prejuízo acumulado. CREPALDI (2011, p. 345)

Para Marion (2012), o resultado lucro ou prejuízo da atividade será apurado pela base do regime de caixa através de receitas recebidas menos despesas pagas.

“Tanto as receitas como as despesas escrituradas no livro caixa deverão ser comprovadas mediante documentação que identifique o adquirente ou beneficiário, o valor e a

data de operação, a qual será mantida em seu poder à disposição da fiscalização.” OLIVEIRA (2010, p.164).

“O resultado da exploração da atividade rural exercida pelas pessoas físicas é apurado mediante escrituração do livro caixa, abrangendo as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade.” CREPALDI (2011, p.346).

“A escrituração deve ser efetuada abrangendo todas as unidades rurais exploradas pelo contribuinte, de modo a permitir a apuração dos valores da receita bruta e das despesas de custeio e dos investimentos que integram o resultado da atividade rural.” YOUNG (2011, p.44).

Para os administradores que lidam com preços e custos, entre as várias ferramentas gerenciais da área de custos que podem ser aplicáveis no cotidiano, talvez a de melhor importância seja a análise custo, volume e lucro. A compreensão desse instrumento é indispensável aos gestores das empresas que atuam em mercados de concorrência, principalmente se consideradas as diversas informações gerenciais que proporciona. WERNKE (2005).

O resultado da empresa é o momento em que o administrador deseja saber se está trabalhando no lucro ou no prejuízo, e com isso avaliar os pontos fracos e fortes para poder seguir no mercado.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.

“A pesquisa científica visa a conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, deve ser sistemática, metódica e crítica. O produto da pesquisa deve contribuir para o avanço do conhecimento humano.” PRODANOV E FREITAS (2009, p. 60).

Este estudo envolveu pesquisas referente ao assunto e análise de problemas relacionados na propriedade, tendo por objetivo sugerir ao administrador a utilização de sistema de custos na propriedade rural, com a finalidade de converter dados em informações confiáveis para que possam vir a contribuir nas decisões do produtor para melhor aplicabilidade e gerenciamento em sua propriedade.

3.1.1 Do ponto de vista da sua natureza

Quanto a espécie, esta pesquisa foi classificada como aplicada, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 6), “caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

Este estudo teve por finalidade fazer o levantamento de todos os dados e informações possíveis coletados na propriedade. Para a contribuição do desenvolvimento do trabalho e avaliação de uma forma contribuinte de solução de possíveis problemas atuais pelo não conhecimento dos custos reais resultantes da atividade exercida.

3.1.2 Do ponto de vista de seus objetivos

A pesquisa se classificou segundo aos seus objetivos gerais como pesquisas exploratória que, segundo Gil (2010, p. 27) “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Uma característica que torna-se interessante na pesquisa exploratória é o aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não considerada de modo satisfatório anteriormente. E assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto. BEUREN (2012).

Se classificou como exploratória por ser uma pesquisa onde partiu da premissa de levantamento bibliográfico para conhecimento geral referente aos custos relacionados a atividade do agronegócio. Dirigindo-se para o levantamento de problemas relacionados pela análise dos custos gerados na propriedade no determinado período em estudo.

3.1.3 Do ponto de vista da forma de abordagem do problema

A pesquisa em estudo, de acordo com o ponto de vista da abordagem do problema se classificou como quantitativa.

A pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. PRODANOV E FREITAS (2009, p. 80).

Ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre as variáveis e a relação de causalidade entre fenômenos. BEUREN (2012.p. 93).

A pesquisa em estudo foi classificada em quantitativa, por ser apresentada através da quantificação dos dados na informação adquirida, como para a coleta dos dados a serem analisados e interpretados, para possuir domínio confiável nos resultados obtidos.

3.1.4 Do ponto de vista dos procedimentos técnicos

Em uma visão geral dos procedimentos técnicos, a pesquisa fica relacionada com o tipo de procedimento que foi utilizado na realização do estudo. O presente estudo se classificou em:

Pesquisa bibliográfica que, segundo Prodanov e Freitas (2009, p. 68), é “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações e teses.”

Foi classificada como pesquisa bibliográfica, por ter sido utilizado neste estudo matérias que tratam e abordam os temas relacionados a contabilidade de custos, contabilidade rural e agrícola e demais informações do mesmo gênero para aprofundar o conhecimento sobre a área de atividade agrícola.

A pesquisa documental “compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa”. MEDEIROS (2010, p. 35).

Foram utilizados os documentos fornecidos pelo agricultor correspondentes aos gastos realizados na cultura de verão como o bloco de produtor, notas fiscais de entrada de insumos e notas fiscais de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas da propriedade e demais documentos comprobatórios de custos ocorridos durante a realização de sua cultura.

A pesquisa de levantamento, segundo Prodanov e Freitas (2009) é quando ocorre o envolvimento de interrogação com pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer através de algum questionários. Os procedimentos utilizados para a solicitação das informações ao grupo de pessoas sobre o assunto estudado, para obter as conclusões correspondentes aos dados coletados através da análise quantitativa.

Foi utilizado o levantamento para obter as informações necessárias prestadas pelo agricultor para conhecimento específico da realização dos procedimentos agrícolas e para conhecimento do cultivo.

A pesquisa de estudo de caso de acordo com Yin, (2001, p. 27) “é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”.

“O estudo de caso refere-se ao estudo minucioso e profundo de um ou mais objetos. Pode permitir novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente.” PRODANOV E FREITAS (2009, p. 74).

Este estudo propôs a coleta dos dados que a propriedade forneceu através de documentos comprobatórios para que fosse possível a análise completa, para a aplicabilidade do estudo e conseguir um resultado favorável para apresentação ao agricultor.

3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.18), é “a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”.

A coleta de dados “é a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade”. RUDIO (2011, p. 111).

Os vários procedimentos para a realização da coleta de dados, variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação, as técnicas de pesquisa são a coleta documental, observações, entrevista, questionário, formulário, medida de opinião e de atitudes, técnicas mercadológicas, testes, análise de conteúdo, história da vida. MARCONI E LAKATOS (2010).

O estudo compreendeu o apoio do administrador da propriedade, bem como as informações prestadas com o propósito de esclarecimento de dúvidas apresentadas durante o estudo, de como ocorreu os procedimentos de realização do cultivo.

A pesquisa envolveu o cultivo da cultura temporária da soja, procedente no período agrícola de 2013 e 2014. Sendo que seu ciclo produtivo foi iniciado com o plantio em novembro de 2013 e sua respectiva colheita ocorreu em abril de 2014.

No presente estudo dessa propriedade rural, a coleta dos dados foi realizada mediante a permissão do agricultor, com acesso a documentos de identificação dos custos e despesas de aquisição de bens e dos insumos aplicados durante todo o processo para a realização de sua produção, bem como documentos internos da propriedade como notas fiscais de entrada de insumos, máquinas e implementos agrícolas, as contra notas de depósito do produto na cerealista de opção e comprovante de pagamento de colheita também foi utilizada as informações prestadas pelo agricultor para melhores esclarecimentos de como se realizou o processo de seu cultivo agrícola, o que contribuiu na realização do trabalho.

3.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

A análise, de acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 169) “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

Para análise e interpretação dos dados, foram selecionado os documentos necessários para a coleta dos dados bem como as notas fiscais, recibos e em geral documentos comprobatórios de custos ocorridos durante o período da cultura em estudo.

Na procura de ampliar o conhecimento, também buscou-se as explicações para esclarecimentos de como efetuou-se a realização do cultivo e dos procedimentos aplicados no desenvolvimento da cultura.

Obtidos os dados e documentos precisos, foram organizados e estruturados de forma coerente em planilhas para levantamento e visualização das informações do período.

Em seguida, consistiu-se na aplicabilidade do método de custeio para poder ser avaliado os resultados.

Após descrito uma análise para compreensão dos leitores, de forma clara e objetiva, com o propósito de identificação dos resultados apresentados durante a execução.

3.4 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Um das dificuldades encontradas foi unir toda a documentação para a análise, bem como todas as informações necessárias prestadas pelo agricultor para a realização da pesquisa. A aplicabilidade correta do método de custeio para a análise dos custos relativos a cultura da soja, para a conclusão dos resultados obtidos do período de 2013/2014.

3.5 VARIÁVEIS DO ESTUDO

Para elaboração deste trabalho foi utilizado o principal conceito relacionado as variáveis dependentes que foram a aplicabilidade dos custos operacionais para interpretação dos dados e resultados bem como a utilização do método de **custeio de absorção** por ser o mais favorável.

E como por variáveis independentes aos custos fica relacionado:

Os **custos diretos** que foram aplicados diretamente para a elaboração dos produtos.

Os custos com os **insumos** que estão diretamente ligados ao ciclo produtivo.

As **despesas** que de uma forma ou outra estão ligadas direta ou indiretamente na realização da produção.

E o **prejuízo** onde é a diferença entre as receitas e os custos da atividade do exercício.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta é a etapa da pesquisa onde será apresentado os passos de como a propriedade realizou a sua produção agrícola, é a parte do estudo onde se aplicou a prática da realização do trabalho, iniciando com a aplicação de um sistema de custos que verifica o custo total e custo unitário desenvolvido na propriedade, tendo como base de estudo a cultura de verão, propriamente a da soja, com base no ano de 2013/2014.

4.1 CICLO DA PRODUÇÃO DE SOJA SAFRA 2013/2014.

A propriedade em estudo localiza-se no interior do município de Tapejara RS, é administrada por um único proprietário, sendo o mesmo quem realiza o cultivo de suas safras, utilizando suas próprias máquinas e implementos agrícolas. A propriedade em estudo possui uma área de terras total de 40,0 hectares, mas o agricultor utiliza apenas 30,0 hectares para a realização da cultura de verão, o restante da propriedade é utilizada para cultivo de bens para subsistência familiar, benfeitorias e áreas nativas.

A cultura produzida na propriedade safra 2013/2014 é a da soja transgênica, foi efetuada pela forma de plantio direto mecanizado, onde o agricultor utilizou seus próprios maquinários e implementos agrícolas, realizando o cultivo dos 30,0 hectares de área. Para o ciclo produtivo, o produtor iniciou o processo de organização da terra em novembro de 2013 e sua respectiva colheita aconteceu em abril de 2014.

A seguir a figura 1, representa o fluxograma de como o agricultor desenvolveu o cultivo de sua lavoura de soja na propriedade neste período.

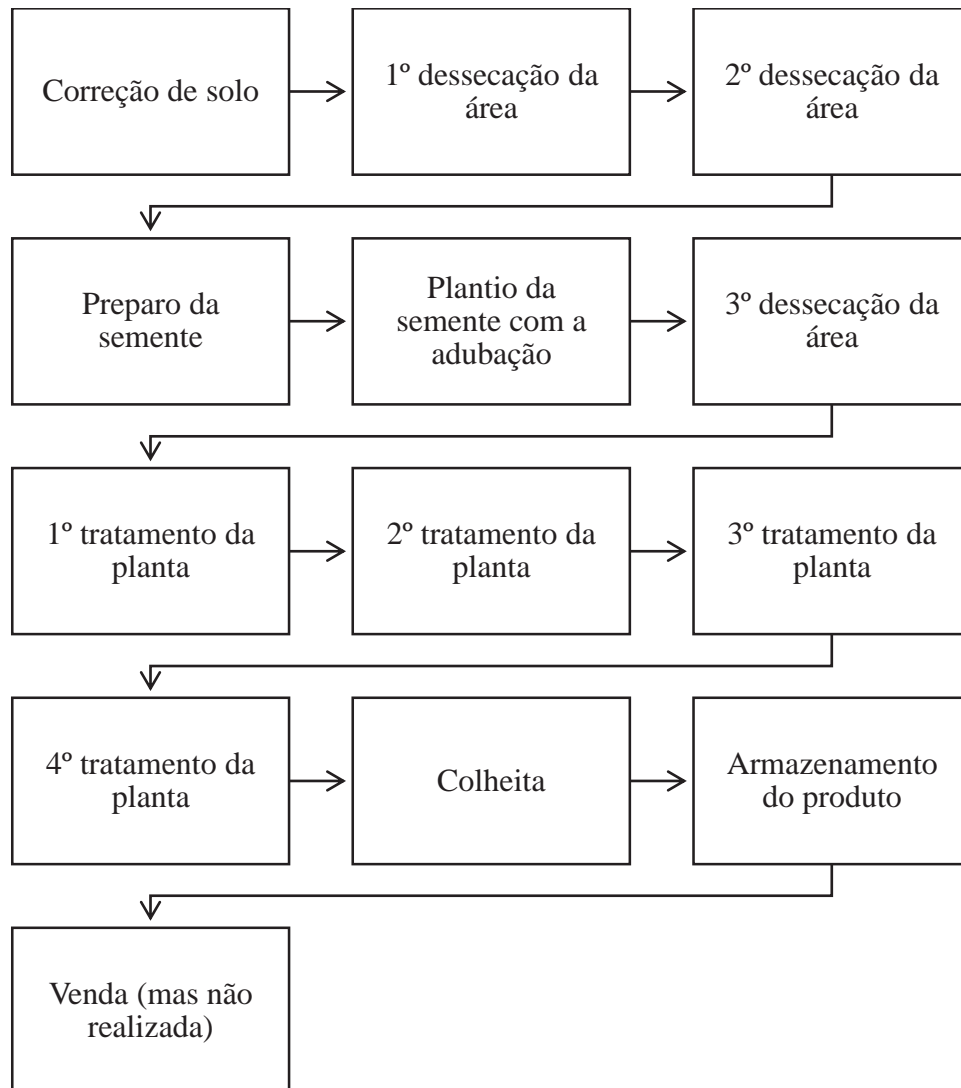


Figura: 1 Fluxograma do desenvolvimento da cultura 2013/2014.

Fonte: Dados conforme pesquisa.

O proprietário para início da cultura, realizou a correção do solo utilizando o trator e o distribuidor de fertilizantes para a distribuição do calcário em toda a área a ser cultivada, em seguida utilizou o trator e o pulverizador com água própria de sua propriedade, para o preparo da área com a primeira dessecação 30 dias antecedentes ao plantio e a segunda dessecação com 03 dias antes do plantio, utilizando nas duas dessecações o agrotóxico Secante Zapp para o combate das ervas daninhas que ali se encontravam. Em seguida realizou o processo de preparo dos 1600kg de semente de soja que se encontravam armazenados da safra anterior em sua propriedade, com o tratamento específico o Furadan 350 SC que auxilia no combate dos fungos das sementes e para realizar o processo da mistura da semente com o tratamento foi utilizado um misturador próprio que a Prefeitura do município disponibiliza aos produtores rurais da cidade sem custo. Os demais 200 kg de semente o agricultor comprou pronta para o plantio.

Após utilizou o trator e a plantadeira para efetuar o lançamento dos grãos de soja tratados na terra, juntamente com o adubo para a germinação.

Após 25 dias de germinação, ocorreu a terceira dessecação na área, utilizando os 40 kg de herbicida Roundup WG e 200 ml por hectare de Talstar 100 EC - 4X5, para a eliminação total das ervas daninhas e dos insetos.

O próximo passo foi o primeiro tratamento da planta, efetuado após 24 dias da terceira dessecação, para o cuidado das primeiras folhas da planta, utilizando o inseticida Talstar 100 EC- 4X5 aplicando 200 ml por hectare para o combate do percevejo e da lagarta, e o fungicida Tebucó Nortox aplicando 500 ml por hectare e 2 litros de Folhar Maxi Florada para não ocorrer o aborto das flores.

O segundo tratamento efetuou-se após 18 dias do primeiro, com fungicida Tebucó Nortox para 10,0 hectares e Priori Extra com 300 ml por hectare para os demais 20,0 hectares para controle da ferrugem e 200 ml por hectares de inseticida Talstar 100 EC- 4X5 para combate do percevejo e da lagarta.

O terceiro aproximadamente 20 dias após o segundo tratamento, utilizou-se o fungicida Priori Extra, 300 ml por hectare para continuar o controle da ferrugem das folhas e 200 ml por hectare de inseticida Talstar 100 EC- 4X5 para os insetos.

Ao realizar o quarto tratamento 21 dias após o terceiro utilizou-se os fungicidas Authority SC para 12,0 hectares e Fungicida Priori Extra para 16,6 hectares para finalizar o tratamento da ferrugem e o inseticida Talstar 100 EC- 4X5 para 20,0 hectares e Inseticida Aquila 750 SP 1kg para cada hectare nos demais 10,0 hectares também para finalizar o tratamento de combate das pragas.

A cultura estava em estágio de maturação e dentro dos 135 a 138 dias após o plantio, a cultura estava pronta e ocorreu a colheita, onde o mesmo foi entregue a uma Cerealista onde permanece armazenada para a venda.

4.1.1 Custo dos insumos utilizados na safra 2013/2014 total e por hectare

Para o resultado de uma boa produtividade no ciclo da sua produção, o agricultor precisou utilizar de insumos necessários para realizar o seu cultivo.

Na tabela 2 a seguir, mostra a quantidade, o valor unitário e o valor total da entrada de cada insumos utilizado para a realização do cultivo na sua propriedade.

Tabela 2: Quantidade e valor dos insumos agrícolas utilizados

Soja 30,0 hectares	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Calcário AS555	2	Sc	340,00	680,00
Calcário Classic	5	Sc	38,00	190,00
Semente tratada	200	Kg	3,00	600,00
Semente	1600	Kg	1,65	2640,00
Trat. Semente Furadan 350 SC	2	Lt	80,00	160,00
Secante Zapp 20 Lt	200	Lt	19,65	3930,00
Herb. Roundup WG 5 KG	40	Kg	27,80	1112,00
Adubo 2 20-20	180	Sc	60,00	10.800,00
Adubo 8 24-12	30	Sc	66,60	1.998,00
Inset. Talstar 100 EC- 4X5	25	Lt	80,00	2000,00
Inset. Aquila 750 SP 01Kg	10	Kg	28,00	280,00
Fungic. Authority Sc	5	Lt	70,00	350,00
Fung. Tebuco Nortox 10Lts	20	Lt	30,00	600,00
Fung Priori Extra	20	Lt	138,00	2.760,00
Folhar Maxi Florada 20 Lt	60	Lt	19,00	1140,00
TOTAL				29.240,00

Fonte: Conforme pesquisa

Para o levantamento dos dados apresentados na tabela 2, foi utilizado a documentação fornecida pelo agricultor de todos os insumos que o foram adquiridos para o cultivo da soja em sua propriedade.

Na tabela 3, apresenta os valores totais de cada insumo adquirido pelo agricultor e o valor que cada um representa para cada 01 hectare cultivado.

Tabela 3: Quantidade total de insumos para cada 01 hectare

Soja 30,0 hectares	Valor total (R\$)	Custo para 01 Hectare (R\$)
Calcário	870,00	29,00
Semente	3.240,00	108,00
Trat. Semente Furadan	160,00	5,33
Herbicidas	5.042,00	168,07
Adubo	12.798,00	426,60
Inseticidas	2.280,00	76,00
Fungicida	3.710,00	123,67
Folhar	1.140,00	38,00
TOTAL	29.240,00	R\$ 974,67

Fonte: Dados conforme pesquisa

De acordo com os valores apresentados na tabela 3, fornecidos pelo agricultor através de documentação, foi analisado que o custo total de insumos utilizados na produção desta área foi de R\$29.240,00. E para se obter o custo total para cada 01 hectare, foi utilizado o valor total de cada insumo e dividido pela quantidade de hectares, o que resultou num valor total de custo para cada 01 hectare de R\$ 974,67.

Observa-se ainda que o insumo que teve maior valor durante o processo foi o adubo, com um custo total da área de R\$ 12.798,00, o que equivale a um custo de R\$ 426,60 para cada 01 hectare cultivado. Verificou-se ainda que, o insumo que teve menor valor significativo foi o tratamento da semente num valor de R\$ 160,00 para a área total, equivalente a R\$ 5,33 por hectare, sendo que foi tratado apenas os 1600 kg com este tratamento, pois esta semente estava armazenada em sua propriedade da colheita anterior, os demais 200 kg de semente o produtor comprou pronta para plantio sendo que após a colheita os grãos resultantes destes 200kg ficaram armazenados na propriedade para o próximo ciclo se tronar a semente para início da nova cultura. Conforme informação do produtor, foi lançado aproximadamente a quantia de 60 kg de semente tratada para cada 01 hectare na realização do plantio.

Observou-se também que, durante o desenvolvimento da cultura temporária o tratamento utilizado para desenvolve-la não teve uma variação muito elevada de um para o outro, pois os custos se mantiveram numa ordem estável, permanecendo nesta ordem crescente o adubo folhar com R\$ 1.140,00 de custo total equivalente a R\$ 38,00 para cada 01 hectare sabendo que o mesmo foi utilizado apenas em um tratamento para a prevenção do aborto das flores. Em seguida o inseticida com R\$ 2.280,00 de custo total da área o que resulta em R\$ 76,00 para cada hectare produzido, logo vem o fungicida com R\$ 123,67 por hectare e seu custo total avaliado em R\$ 3.710,00 e por último o que teve maior valor de aquisição foi o herbicida com R\$ 5.042,00 para o custo na área total e R\$ 168,07 para cada 01 hectare cultivado.

Conforme informação adquirida do proprietário, os insumos comprados foram todos utilizados no decorrer da produção e não houve sobra dos mesmos.

4.1.2 Depreciação das máquinas e implementos agrícolas safra 2013/2014

Para o desenvolvimento da produção agrícola do período de 2013/2014, o agricultor utilizou os seu próprio maquinário e implementos agrícolas que foram necessários para a realização do plantio.

Tabela 4: Máquinas e Implementos Agrícolas

Descrição	Valor de aquisição	de Duração em anos	Valor depreciado no ano	Valor depreciado no período
Trator Agrícola Massey Ferguson MF4292 Ano/Mod 2011	R\$ 105.000,00	20	R\$ 5.250,00	R\$ 2.625,00
Multiplantadeira Imasa MPS 2000 Ano 2012	R\$ 80.000,00	15	R\$ 5.333,33	R\$ 2.666,67
Distribuidor de Fertilizantes Triton MD 650 Ano 2013.	R\$ 3.000,00	15	R\$ 200,00	R\$ 100,00
Pulverizador Jacto 600Lts ano 2004	R\$ 12.000,00	10	R\$ 1.200,00	R\$ 600,00
Tanque de combustível de polipropileno 500 litros ano 2004	R\$ 500,00	10	R\$ 50,00	R\$ 25,00
Total	R\$ 200.500,00		R\$ 12.033,33	R\$6.016,67

Fonte: Dados conforme pesquisa

A tabela 4, descreve as máquinas e os demais implementos agrícolas que acompanharam o agricultor na realização do processo de cultivo em sua lavoura na safra 2013/2014. A composição do valor para a depreciação de cada ativo foi examinada através da documentação apresentada pelo agricultor, de cada item adquirido. Para o cálculo da depreciação utilizado o valor de aquisição do bem dividido pela quantidade de anos que o agricultor subestima a duração e ainda apropriada ao período de duração da cultura que foram os 6 (seis) meses.

Os bens que auxiliaram no processo produtivo durante o ciclo do soja totalizaram um valor de aquisição de R\$ 200.500,00, sendo que em cada ativo foi calculado pela sua vida útil estimada pelo agricultor, o que resultou como depreciação anual de todos os bens um valor de R\$ 12.033,33.

Conforme demonstrado acima, pode-se perceber que o bem que possui maior valor de depreciação anual foi a multiplantadeira apesar de seu valor de aquisição ser de R\$ 80.000,00 a duração estimada pelo agricultor são de 15 anos o que resultou em uma depreciação anual de R\$ 5.333,33, equivalente a R\$ 2.666,67 a depreciação do período de uso para realização da cultura da soja.

O outro bem que obteve o valor alto de depreciação foi o trator com R\$ 5.250,00 anual, e pelo período de uso foi de R\$ 2.625,00, este valor procedeu-se pelo fato que, o valor de aquisição foi de R\$ 105.000,00, porém subestima-se segundo o agricultor, que a sua durabilidade é de 20 anos, por isso seu valor depreciável é menor da multiplantadeira pelo fato de ter mais duração apesar de seu valor aquisitivo ser maior. Também verificou-se que este bem

não está todo depreciado pelo qual a sua depreciação decorre no período de 20 (vinte) anos e até o momento está com 02 (dois) anos de uso.

O bem que incidiu menor valor de depreciação anual foi o tanque de combustível com um valor depreciado no período de plantio de R\$ 25,00. Porém cabe ressaltar que seu valor aquisitivo foi de R\$ 500,00. Segundo informações prestadas pelo agricultor este tanque de combustível tem uma durabilidade de no máximo 10 (dez) anos, por ser de polipropileno um material que corrói com facilidade se deixado exposto ao sol, chuva e também pelo combustível que fica por um grande período armazenado em seu interior.

O distribuidor de fertilizantes adquirido por R\$ 3.000,00, foi utilizado uma única vez para a correção do solo, sendo depreciado pelo no valor de R\$ 100,00 no período e estimado a uma vida útil de 15 (quinze) anos.

Já o pulverizador, foi utilizado tanto para as dessecações como para os tratamentos, sua depreciação no período foi de R\$ 600,00 e o agricultor o subestima a sua duração por um período de 10 (dez) anos.

Conforme apresentado, a depreciação anual foi de R\$ 12.033,33, mas cabe ainda ressaltar que o ciclo produtivo teve a duração de 6 (seis) meses. Portanto, apropriado ao tempo de uso durante a realização da cultura a depreciação do período produtivo resultou em R\$ 6.016,67.

4.1.3 Custos diretos da produção

Além dos insumos, máquinas e implementos agrícolas o agricultor utiliza mais alguns produtos que fazem parte do processo produtivo de forma direta.

A tabela 5, mostra os custos que estão ligados diretamente a produção e que foram utilizados pelo agricultor para a realização da safra.

Tabela:5 Custos diretos do ciclo produtivo

Descrição	Custo Direto (R\$)	Total do Custo R\$
Diesel comum	R\$ 2.060,00	R\$ 2.060,00
Liquido espumante	R\$ 340,00	R\$ 340,00
Colheita (120 sacas)	R\$ 5.760,00	R\$ 5.760,00
Salário proprietário	R\$ 1.000,00 mensais	R\$ 6.000,00
Total		R\$ 14.160,00

Fonte: Dados conforme pesquisa

O agricultor não possui colheitadeira própria, para isso contratou um terceiro para realizar o serviço de colheita da sua soja que se encontrava pronta e em estado propício para a sua retirada da terra, em abril de 2014.

Esse terceiro presta serviços de colheita de grãos na região, possui tanto a colheitadeira como o caminhão para realizar o transporte dos grãos prontos até a cerealista de opção do agricultor. Como forma de pagamento pelo serviço de colheita o próprio agricultor depositou a quantia de 120 sacas de soja de 60 kgs cada, pronta para comércio, numa Cerealista de opção do prestador de serviço na cidade de Tapejara. Sendo que ao receber os grãos, o mesmo efetivou o faturamento desta soja pelo valor do preço do dia de R\$ 48,00 a saca valor do dia na cerealista. Diante disto, pode-se concluir que o custo total da colheita foi um total de R\$ 5.760,00, para fins de análise de custos.

O agricultor optou por comprar o combustível todo de uma vez, para aproveitar o desconto que o fornecedor oferece pela compra em grandes quantidades. A aquisição teve um custo total de R\$ 2.060,00 equivalente a 1000 litros, sendo entregue na lavoura pelo próprio fornecedor em duas vezes, a primeira em novembro de 2013 num a quantia de 500 litros e a segunda em janeiro de 2014 também na quantia de 500 litros, em ambas das entregas, o proprietário guardou o combustível em um tanque adequado com capacidade de 500 litros, que possui em sua propriedade para o abastecimento de seu trator quando necessário. Conforme a informação do agricultor utilizou esse combustível nas três dessecações, no plantio, e nos quatro tratamentos efetuados.

Por necessidade de uso, o proprietário adquiriu 4 galões de líquido espumante num valor total de R\$ 340,00 equivalente a R\$ 85,00 por galão com volume 5 litros cada, que utilizou em seu pulverizador como marcador de linha, para auxílio em sua lavoura no momento de aplicação dos tratamentos e das dessecações para não ficar nem uma área planta sem o insumo.

O proprietário realizou toda sua produção sozinho, portanto não teve custo com funcionários ou diaristas, o único custo foi o de seu próprio salário, mas sabendo que o agricultor não separa o valor do seu salário com o lucro de sua propriedade para fim de análise e informação do mesmo, foi estimado um valor aproximado de R\$ 1.000,00 mensais, equivalente a R\$ 12.000,00 anual. Analisando pelo ciclo da produção, podemos considerar que o salário avaliado durante o período foi no valor de R\$ 6.000,00, pois do início da organização da terra até a respectiva colheita e armazenagem o ciclo prolongou-se durante um período de 6 (seis) meses.

4.1.4 Colheita e armazenamento safra 2013/2014

Após o ciclo de maturação, em abril de 2014 a cultura se encontrava pronta e em estado para ser retirada da lavoura.

A colheita foi realizada e os grãos foram depositados numa Cerealista da mesma cidade.

A tabela 6, mostra a quantidade de soja obtida nos 30,0 hectares produzido, segundo as contra notas fiscais fornecidas pela Cerealista para anexo ao bloco de produtor rural.

Tabela 6: Quantidade de soja produzida no período 2013/2014

Produto	Quantidade total em Kg	Quantidade de Kg produzidos em cada hectare	Quantidade de sacas de 60 Kg	Quantidade de sacas de 60 Kg para cada 01 hectare
Soja	109.833	3.661,10	1830,55	61,02

Fonte: Dados conforme pesquisa 2013/2014

A cultura em estudo produziu a quantia de 109.833 kg de grãos de soja limpa e seca. Para obter a quantidade de kg produzida em cada 01 (um) hectare, foi utilizado o valor de 109.833 kg, conforme informado nas contra notas fiscais de produtor, dividido pelos 30,0 hectares, resultando em 3.661,10 kg de soja por hectare plantado.

Para analisar a quantidade de sacas de 60 kg produzidas, foi utilizado o valor total de 109.833 kg de soja dividido por 60 kg, que corresponde a quantidade de quilos por volume, o que resultou em 1.830,55 sacas de soja.

E por fim para saber a quantidade de sacas de 60kg produzidas em cada hectare, foi utilizado o valor de 1.830,55 kg dividido por 30,0 hectares, o que foi observado que a cultura em estudo rendeu a quantia de 61,02 sacas de soja em cada 01 hectare de planta pronta e colhida.

Segundo informação do produtor por ter contratado um terceiro para realizar a colheita e transporte de sua produção, foram transferidas diretamente a ele como forma de pagamento da prestação de serviço, a quantia de 120 sacas de soja limpa e seca, equivalente a um total de 7.200 kg depositadas na Cerealista de opção do mesmo.

Os demais 102.633 kg permanecem em depósito na Cerealista de opção do produtor, onde o mesmo pretende vendê-la no momento em que o preço de mercado estará propício.

4.1.5 Apuração dos custos totais e por unidade produzida

A cultura da soja safra 2013/2014 em estudo esteve pronta e colhida em abril de 2014, ou seja o ciclo produtivo concluiu-se. A seguir apresentado todos os custos totais da cultura realizada no período, onde serão incluídos todos os gastos e as despesas, para que seja possível fornecer ao gestor informação útil para prosseguir no processo de gerenciamento de sua propriedade.

Para que se possa obter respostas seguras e confiáveis a serem repassadas para o proprietário da entidade rural, precisa-se analisar de forma geral todos os custos que foram utilizados no período em estudo, para que possa auxiliar o produtor a seguir com a sua propriedade e ainda ter melhor conhecimento para o gerenciamento da mesma.

Tabela 7: Custos totais do período e por saca produzida safra 2013/2014

Produto utilizado	Valor
Insumos	R\$ 29.240,00
Custos diretos	R\$ 2.400,00
Depreciação proporcional	R\$ 6.016,67
Colheita	R\$ 5.760,00
Salário proprietário	R\$ 6.000,00
Custo total	R\$ 49.416,67
Área plantada em hectares	30,0 há
Custo por hectares	R\$ 1.647,22
Média por hectares em sacas	61,02 sacas
Custo por saca	R\$ 26,99

Fonte: Dados conforme pesquisa

A tabela 7, apresenta no modo geral todos os custos que participaram desde o início até o fim no processo do ciclo produtivo. Somando os custos totais dos insumos, os custos diretos de produção e a depreciação proporcional do período totalizou um custo de R\$ 49.416,67. Aplicando este valor nos 30,0 hectares cultivados procedeu-se um custo de R\$ 1.647,22 para cada hectare produzido. Ainda este custo foi apropriado pela média de 61,02 sacas para cada hectare, resultado este apresentado no quadro 6, (quantidade de soja produzida no período 2013/2014), pois foi o resultado que a produção do período obteve, resultando num custo de R\$ 26,99 por saca produzida pelo agricultor.

Cabe ainda informar que a aquisição dos insumos agrícolas foram adquiridos pelo agricultor a vista, assim não há pendências diante dos fornecedores.

Para fins de análise, se o agricultor obteve lucro ou prejuízo em sua cultura, a seguir a demonstração de resultado da possível venda.

4.1.6 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado foi analisada mediante a possibilidade dos 1830,55 sacas de soja terem sido comercializadas numa média de R\$ 48,00 a saca de 60 kg, valor este se a colheita tivesse sido vendida no momento em que foram feitas as entregas dos grãos na cerealista e comercializada pela cotação do dia. Conforme informação do produtor R\$ 48,00 seria o preço para aquele dia.

A seguir a tabela 8, apresenta-se a demonstração do resultado do período safra 2013/2014.

Tabela 8: Demonstração do resultado da safra da soja 2013/2014

Receita Bruta	R\$ 87.866,40
(-) Funrural (2,3%)	R\$ (2.020,93)
Receita Líquida	R\$ 85.845,47
(-) CMV	R\$ (43.416,67)
Resultado Operacional Bruto	R\$ 42.428,80
(-) Despesas Administrativas	R\$ (6.000,00)
Resultado Líquido	R\$ 36.428,80

Fonte: Dados conforme pesquisa

A receita bruta refere-se a quantidade de sacas produzidas orçadas pelo valor da possível venda o que resultaria num total de R\$ 87.866,40.

O Funrural é a contribuição cobrada sobre o resultado bruto da comercialização da produção rural é a porcentagem de 2,3% sobre a venda bruta, que o agricultor pagaria pela sua produção no momento em que seria comercializada. Neste caso seria descontado um valor de R\$ 2.020,93.

A receita líquida é a venda bruta descontada a contribuição dos 2,3% correspondentes ao funrural, foi o que resultou no valor de R\$ 85.845,47.

No custo da mercadoria vendida está incluído o valor dos insumos utilizados durante o processo de produção agrícola, a depreciação dos maquinários e os custos diretamente ligados

ao cultivo o que resultou em R\$ 43.416,67. Cabe ressaltar que a despesa com o salário do administrador foi classificada como despesa administrativa no valor de R\$ 6.000,00.

Ao término do exercício pode se observar que se esta venda havia ocorrido no ato da entrega dos grãos, o agricultor obteria um resultado líquido de R\$ 36.428,80, resultantes de sua produção safra 2013/2014.

Porém esta venda não veio a se realizar, pelo fato de que a Cerealista informou a todos os produtores da região que permaneceria por 30 dias fechada para balanço, onde a mesma estava passando por dificuldades em prosseguir no mercado, e que neste período não haveria compra e nem venda de produto. Passando os 30 dias a Cerealista se manteve fechada, apenas informando via rádio que estaria em fase de negociação com possíveis compradores, para que pudesse reabrir e prosseguir no mercado, mas até o momento continua sem resposta concreta.

Cabe ressaltar que o produto desta colheita 2013/2014 está em processo judicial contra a cerealista, para que o produtor consiga resgatar uma parte pelo menos de seu produto e conseguir comercializá-lo, podendo assim realizar a próxima cultura sem precisar usufruir de financiamentos bancários ou até mesmo se desfazer de algum bem próprio para continuar com a sua propriedade.

Após analisar se todo o estudo aplicado na propriedade rural, pode se concluir que o custo para a produção da soja não foi um valor elevado, mas no caso, ainda pode ser melhorado. Um fator que contribui para esta melhora são os fatores climáticos e o ciclo de produção se está propício ou não, quanto mais adequado menos custo com insumos poderá ocorrer.

Se o produtor tivesse optado por fazer a comercialização de seus grãos no ato da entrega, pôde se verificar que teria um resultado positivo mediante a sua produção, mesmo se não tivesse pago todas as suas aquisições de insumos a vista, ainda teria capital de giro da cultura para pagá-las.

Porém como abordado na demonstração de resultado, foi feito apenas uma estimativa de venda, ou seja, agora depende da cerealista reabrir ou do processo judicial concedido como ganho para se obter a liberação dos grãos para a sua possível comercialização e o agricultor está ciente que isto poderá levar anos para obter resposta.

Diante deste acontecido, consideramos que o agricultor obteve ao invés de lucro, um prejuízo no exercício resultante da não comercialização dos produtos cultivados de sua lavoura 2013/2014 e que provavelmente precisará usufruir de outras fontes de recursos para realizar novo ciclo produtivo no próximo período.

Um ponto que o produtor deve ter cuidado é o momento adequado para a comercialização, ficar atento com as mudanças do mercado econômico para não precipitação

da venda dos grãos e talvez ter redução em sua receita. Outro ponto é cuidar com a política das cerealistas que fornecem contratos para comercialização com entrega futura, sendo que as mudanças econômica de valor de mercado pode variar e com isso pode afetar de modo desfavorável mediante a sua comercialização.

Para fim, é importante que na atividade agrícola, o produtor adote o método de sistema de custos para gerenciamento de sua atividade, sendo que pode ser analisado tanto pelo valor unitário como pelo valor total dos custos relacionados na produção em desenvolvimento e também possibilitar uma forma de planejamento, mediante ao que foi apresentado para que com isso possa usufruir da melhor decisão e como prosseguir gerenciando a sua propriedade com eficiência de suas decisões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o ciclo produtivo do agronegócio gera custos e para o pequeno produtor é difícil conseguir administrar a sua propriedade com mero objetivo de prosseguir no mercado de forma correta e segura.

Na propriedade rural foram apurados os custos da produção e identificados os resultados da atividade exercida levando em consideração todos os custos originados para a realização da cultura do período em estudo. Neste sentido, é de suma importância que o produtor conheça os custos decorrentes de sua produção, pois assim, poderá posicionar-se mediante o mercado de forma adequada para o melhor momento da venda de seus produtos e obter uma melhor lucratividade.

Para este agricultor seria importante que adotasse em sua propriedade o método de apuração dos custos para aplicabilidade em sua cultura, sendo utilizada como uma ferramenta de gestão, para auxílio no planejamento e na tomada de decisão em seu cotidiano administrativo.

Utilizando a contabilidade de custos o agricultor poderá posicionar-se diante do mercado com atitude favorável, estando bem informado dos acontecimentos em sua propriedade e com isto, o auxílio para possuir o domínio de seguir com sua produção em anos posteriores avaliando de forma correta todos as despesas e receitas decorrente do período anterior e posicionando-se de maneira propícia que venha a contribuir com os melhores direcionamentos para a tomada de decisão, não optando por decisões que podem ser prejudiciais, mas sim pelas melhores e mais adequadas possíveis para o gerenciamento de sua pequena propriedade.

5.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como sugestão para realização de trabalhos futuros, recomenda-se que seja aplicado o tratamento dos custos de uma atividade agrícola buscando obter os valores mais reais possíveis, observando todos os custos, como aqueles que o agricultor considera irrelevantes em sua produção, para que possa ser aplicadas novas técnicas e com isso o gestor da propriedade poder usufruir de rentabilidade futuras.

REFERÊNCIAS

ANCELES, Pedro Einstein dos Santos. **Manual de tributos da atividade rural**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, Adriano Leal e FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicação na calculadora HP12C e Excel**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2008.

CHING, Hong Yuh. MARQUES, Fernando, PRADO, Lucilene. **Contabilidade e finanças para não especialista**. 3º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico **CPC 27, Ativo Imobilizado, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16**. Disponível em: <<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos.>>> Acesso em 01.10.2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico **CPC 29, Ativo Biológico e Produto Agrícola, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 41**. Disponível em: <<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos.>>> Acesso em 29.09.2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido, **Contabilidade Gerencial: Teoria e prática**. 3º ed. São Paulo Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvério Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 6 ed. Revista, atualizada e aplicada. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, Jose Antônio Stark. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECO, Alvisio Lahorgue, AREND, Lauro Roberto. **Contabilidade: Teoria e práticas básicas**. 9º ed. Porto Alegre. Editora Sagra Luzzatto, 2001.

GRECO, Alvisio Lahorgue, AREND, Lauro Roberto e Gärtner, Günther. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: **Planejamento, implantação e controle**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo: Atlas 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica.** 13º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu, **Contabilidade de custos.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custo análise e gestão.** 2º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MEGLIORINI, Evandir. **Custo análise e gestão.** 3º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

NEVES, Silvério Das, e VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Básica.** 12 ed. São Paulo: Frase Editora, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de. NAGATSUKA, Divane Alves da Silva. **Introdução à contabilidade.** São Paulo: Futura, 2000.

OLIVEIRA, Neuza Corte De, **Contabilidade do agronegócio: teoria e prática.** 2º ed. Curitiba: Juara Editora, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Curso básico gerencial de custos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 4º ed. São Paulo: Atlas 2004.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 7º ed. São Paulo: Atlas 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 1º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Carlos Alexandre. e MORAES, José Rabello de. **Orçamento estratégico: uma visão empresarial.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SÁ, Carlos Alexandre. **Fluxo de caixa: a visão da Tesouraria e da Controladoria.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA JUNIOR, José Barbosa da. **Custos: Ferramentas de gestão,** Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 2000.

VANDERBECK, Edward J., NAGY, Charles F. **Contabilidade de custos.** 11º ed. Pioneira, 2003.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez, NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos Um enfoque direto e objetivo.** 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Frase Editora, 2008.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preço de venda: Ênfase em aplicações e casos nacionais.** 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Atividade rural: aspectos contábeis e tributários.** 2º ed. Curitiba: Juará, 2011.